

2 Decisões teóricas

2.1 A aparição de Foucault

Nos vários campos que trabalham com o modelo social e ajudam a forjar novas associações para a deficiência, a convergência que me pareceu mais nítida foi a ênfase crescente no papel constitutivo da linguagem e a recuperação da historicidade dos objetos conceituais, como anormalidade e normalidade. Tanto os autores dos *DS*, quanto os da filosofia política, como os da educação, se referiam, ora *en passant* ora centralmente a um autor: Michel Foucault. Essa sincronicidade fez de Foucault uma referência incontornável neste trabalho.

A) AQUELE QUE TEMATIZOU A ANORMALIDADE:

Apesar dos *Disability Studies* terem florescido principalmente em terras anglofônicas, pode-se perceber que o trabalho de Michel Foucault teve - e continua tendo - grande influência no desenvolvimento das novas abordagens da deficiência.

“Entre outras coisas, ele [Foucault] desvelou a impensável [unacknowledged] imposição do poder sobre as pessoas, que é inerente à visão medicalizada dos seres humanos. Muitos escritores continuaram avançando na abordagem conhecida como ‘body criticism’, o estudo das vias pelas quais as culturas impõem vários sentidos, significados e condições ao corpo humano.” (Monaghan, 1998: 5)¹.

A proposta de entender as verdades sociais, através do que é problematizado em cada época e lugar, levou Foucault a buscar pistas sobre a gênese e o desenvolvimento de objetos, tais como a *loucura*, a *clínica* e a *anormalidade*. Desse esforço - normal e anormal - aparecem como duplos que se desdobram da mesma matriz, a saber, a concepção moderna de população como uma entidade homogênea. No rastro desta ‘descoberta’, vieram estudos que mostraram como a emergência dos saberes estatísticos ajudou a estabelecer e sustentar o conceito de normalidade, uma vez que estes saberes permitem localizar cada indivíduo como mais ou menos desviante, em comparação com características (categorias) da média de determinada população (Davis, 1995).

¹ O sentido desta citação é trazer um historiador dos *Disability Studies* que reconhece e sublinha a influência de Foucault neste novo campo, embora possamos discordar da leitura de Monaghan da concepção foucaultiana de poder apenas como imposição.

A abertura dessa chave explicativa tem sido extremamente produtiva para pensar a deficiência como um lugar privilegiado² para observar a sociedade e seus processos de subjetivação, por representar a perspectiva de quem se encontra à margem, isto é, como um ponto fora da curva normal e que, muitas vezes, é interpretado como corpo estranho que ameaça a saúde do ‘corpo’ da população. É nesse sentido que podemos entender a *alteridade deficiente* como *analisador espontâneo*³, na medida em que sua simples presença nos interroga sobre a natureza do humano, sobre o vínculo que temos uns com os outros e sobre a normalidade e seus limites.

Um estudo interessante, intitulado *Foucault and the Government of Disability* (Tremain, 2005), dedica-se, justamente, a estabelecer as linhas de influência do autor francês no estado atual dos *Disability Studies* e a levar adiante esta conexão, uma vez que Foucault não chegou a ver a emergência do movimento internacional que está reconfigurando a anormalidade associada aos corpos com lesão.

B) AUTOR QUE TEM CRESCIDO DE IMPORTÂNCIA NAS REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO:

“Sabe-se que a educação, embora seja, de direito, o instrumento graças ao qual todo indivíduo, em uma sociedade como a nossa, pode ter acesso a qualquer tipo de discurso, segue, em sua distribuição, no que permite e no que impede, as linhas que estão marcadas pela distância, pelas oposições e lutas sociais. Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo.” (Foucault, 1996:43/44)

Ao se debruçar sobre os mecanismos de governo das populações, Foucault adentrou as instituições que disciplinam os corpos e modelam as subjetividades nas sociedades modernas ocidentais. Dentre as chamadas ‘instituições de seqüestro’, que inauguraram um novo modo de subjetivação através do confinamento e do trabalho sistemático e simultâneo sobre os indivíduos e a totalidade, alinham-se: quartéis; hospícios, hospitais e escolas. Esta visão da instituição escolar tem inspirado trabalhos e grupos de pesquisa acadêmicos na área da educação brasileira⁴.

² Este ponto de vista é ilustrado pela seguinte declaração de Alison Lapper em entrevista publicada no The Guardian www.guardian.co.uk/g2/stories/ do dia 17 de Março de 2004 – “Pessoas com deficiência ocupam um lugar único para testemunhar sempre as coisas mais estúpidas.”

³ Analisador é um termo da Análise Institucional que pode ser definido como “aquilo que produz análise. Nos trabalhos socioanalíticos são privilegiados fatos, falas, acontecimentos que possam produzir rupturas nos modos naturalizados de lidar com o cotidiano.” Analisadores espontâneos é um termo proposto por Barendblitt para significar “dispositivos produzidos pela própria vida histórico-social-libidinal e natural, como resultado de suas determinações e da sua margem de liberdade”. (Rodrigues, Leitão e Benevides de Barros [orgs.] 1992).

⁴ Obras como *O sujeito da Educação* (Silva 1994) e *Foucault e a Educação* (Veiga-Neto 2003) são referências importantes nesta direção.

A visão de Foucault sobre a educação vai além do panóptico e do disciplinamento. Para ele as escolas são agências de apropriação e distribuição de discursos. Assim, Moita Lopes (2002:74), aponta que “as histórias que se contam na escola têm papel central na produção de quem somos, ao se defrontarem com narrativas que se contam na família.” Como consequência, os professores devem perceber o papel que desempenham nos processos de construção das identidades sociais na sala de aula, ao legitimar determinados tipos de identidades e não outros, e perceber a importância de expor os alunos a narrativas de outros grupos sociais, tais como: negros, indígenas, gays, lésbicas, idosos, empregadas domésticas, enfermeiras... [pessoas com deficiência, eu acrescentaria]. Desestabilizar o monopólio das formas de existir, constituiria a tarefa educacional de base para uma sociedade radicalmente democrática (Laclau, 2000 a).

Kenneth Wain (1996) reforça a importância da educação no pensamento de Foucault, uma vez que os modos de subjetivação do ser humano estão no centro do projeto educativo, que, por sua vez, têm importância capital no Projeto da Modernidade (entendido como um conjunto de atitudes, formas de pensar, sentir e agir – que configuram um *ethos*).

*“O interesse de Foucault na educação é muito mais fundamental e direto. De fato, ele está, como podemos ver, no coração mesmo de todo seu projeto intelectual, no seu interesse na constituição do self. O que é a educação, afinal, se não o modo como o self é constituído através de processos de aprendizagem?”*⁵ (Wain, 1996: 352)

Também na área da educação das pessoas com deficiência, tem sido crescente a influência do autor francês. Conforme o rastreamento bibliográfico que realizei nos trabalhos apresentados no GT de Educação Especial da Associação Nacional de Pesquisa em Educação (ANPEd) entre 2000 e 2005, Michel Foucault é um autor teórico que tem sido cada vez mais citado.

C) AUTOR AFINADO COM A VERTENTE DA FILOSOFIA POLÍTICA QUE ME INSPIRA

Mesmo admitindo que a deficiência seja uma questão política, poucos são os autores do campo educacional que tecem suas análises de forma articulada com as ciências políticas. A abordagem de Ernesto Laclau (2000a, 2000b e 2001) enfatiza os

⁵ A minha única questão aqui é se o conceito de *self* (eu) é apropriado para expressar o entendimento foucaultiano dos modos de subjetivação, uma vez que ele nem sempre incorpora a ‘descoberta’ do inconsciente que, segundo Foucault, teve uma importância inestimável para a reformulação dos saberes nas Ciências Humanas e dos dispositivos da arqueologia e da genética: “A *idéia do inconsciente e a da estrutura da língua permitem responder de fora, por assim dizer, ao problema do eu. Tentei aplicar essa mesma prática à história.*” (Foucault apud Barros da Mota, 2002:343).

discursos, ou melhor, propõe uma Teoria do Discurso para analisar: os novos movimentos sociais; a construção política das identidades sociais; as formas da luta por hegemonia; as diferentes lógicas da ação coletiva; a formulação e implementação das políticas públicas e o fazer e refazer das instituições políticas. Na busca de melhor compreensão do nosso complexo mundo, tal teoria assume que todos os objetos e ações são significativos e que seu sentido é conferido historicamente por sistemas de regras específicos (Howarth, 2000:2). Os Teóricos do Discurso - pela ênfase posta nos processos de subjetivação e numa concepção de discurso como algo que não apenas veicula e traduz as lutas, mas como aquilo mesmo pelo qual se luta, como o objeto de disputa, ou *'o poder do qual nos queremos apoderar'* - podem ser vistos como tributários dos trabalhos de Foucault.

Dentro do *Disability Studies*, os professores Mitchell e Snyders, da University of Illinois, Chicago, têm proposto uma aproximação da abordagem filosófica laclauniana, desenvolvendo pesquisas sobre deficiência como uma subjetividade política – ou seja, analisando as interfaces políticas de gênero, raça, sexualidade, classe, etnia e deficiência.

2.2 Um quase impasse e uma possível ultrapassagem

Tanto nos volumes dos *Caminhos Investigativos* (Costa, 2002a e 2002b e 2005), como no 'guia de bolso' *Foucault e a Educação* (Veiga-Neto, 2003), os leitores são alertados de que não são todas as perguntas e todos os objetos que se adequam ao pensamento do mestre francês. Sua adesão a uma corrente de pensamento que rompe com as metanarrativas sobre a razão; o sujeito autônomo; a filosofia da consciência; o conhecimento universal e uma concepção da linguagem como representação do real, implode alguns pilares do discurso pedagógico e do discurso da pesquisa educacional que vem sendo praticado no Brasil e no mundo, há tempos.

Perguntas pela essência das coisas do tipo - o que é isso?, dão lugar a outras como: De que forma as 'coisas' vieram a ser o que são hoje? Que alternativas podem ser criadas para que elas venham a funcionar e acontecer de outra maneira?

Indo ao ponto desta pesquisa, como diz Skliar (2003:155), 'já não há espaços nem tempos para uma descrição que pretenda narrar o que significa ser deficiente.' Mesmo porque, como demonstrou Foucault, o modo de fixar alguém em determinada

representação é esmiuçá-lo e caracterizá-lo normativamente, isto é, moralmente, já que nenhuma lei impede alguém de ter distúrbios emocionais, de apresentar uma mutação gênica, gostar do mesmo sexo etc.

Para prosseguir meu caminho investigativo, seria preciso formular questões a partir de certa visão de mundo, embora as leituras da obra de Foucault comportassem vários mundos. Mesmo sem a pretensão de criar um sistema filosófico, Foucault construiu linhas de trabalho que valorizaram as discontinuidades e não depositaram na coerência um valor maior. Significa dizer, que há certas abordagens completamente incompatíveis com seu legado. Veiga-Neto sugere que “*ao querer ser tomado como ‘fogos de artifício a serem carbonizados depois do uso’*, Foucault aponta para o fato de que não há muito sentido em alguém se declarar foucaultiano, visto que segui-lo significa ultrapassá-lo, deixando-o para trás.” (2003:25)

As leituras dos textos do mestre F. me pareceram interessantes e desafiadoras pelo seu potencial de desconstrução e crítica (ou hipercrítica) e geravam perguntas, que não comportavam respostas simples, como: Qual o estatuto epistemológico das ciências humanas depois de todo o trabalho arqueológico de desnudamento da gênese e estabelecimento desse campo de saber? Qual o sentido da pesquisa, se a verdade é uma propriedade que emana das entranhas dos jogos de poder e não algo que existe independentemente das formulações que possamos engendrar? E ainda, como pensar a prática educacional depois da carga de desconfiança atirada sobre seus bons propósitos?

Foucault não se fiou num ponto exterior de onde poderíamos alcançar verdades não distorcidas pela ideologia. Ao demonstrar como a verdade se incorpora aos objetos teóricos através de sucessivos domínios de regras de produção e legitimação de saber, ele escancarou a contingência e a incompletude das suas próprias contribuições. Isso se reflete numa nova compreensão de ‘rigor científico’, a saber, assumir que os achados são interpretações situadas no tempo e no espaço, portanto limitadas e provisórias; explicitar as referências teóricas e metodológicas - assinalando em que medida seu uso específico requereu ajustes - e desconstruir as pretensões de uma objetividade desinteressada e os resquícios de positivismo que possam nos habitar. O sentido do trabalho intelectual passaria a ser então, trazer de volta à cena o que há de arbitrário,

casuístico e provisório nas verdades que guiam as concepções hegemônicas opressivas, abrindo possibilidades para a criação de modos de vida mais artísticos⁶.

Pois bem, voltemos à questão inicial - *Que lugares sociais estão disponíveis para as pessoas com deficiência na nossa sociedade?* Seria esta uma pergunta compatível com a perspectiva teórica foucaultiana?

Diria que sim, na medida em que tem aproximações com duas questões que ecoaram fortemente na sua obra. A primeira, é sua interpretação da questão kantiana *Was heisst Aufklärung?*, como sendo um momento inaugural em que um filósofo se propõe, como tarefa, investigar, não apenas um sistema metafísico, mas um evento histórico recente, e contemporâneo - no caso, o iluminismo. (Foucault 1995:7). A importância desse texto seria, portanto, circunscrever a pergunta genérica ‘quem somos’ a um momento preciso da história, ao problema do presente, que remeteria ao desdobramento ‘*quem estamos sendo neste preciso momento.*’

A segunda é a pergunta nietzschiana ‘*o que estamos fazendo de nós mesmos?*’ ou ‘*o que estamos ajudando a fazer de nós mesmos*’ (Rago, Orlandi e Veiga-Neto, 2005) - que tem como um desdobramento a pergunta pela alteridade ‘*o que estamos fazemos do outro*’⁷.

As duas questões filosóficas recuperadas por Foucault podem inspirar a seguinte reformulação na questão em desenvolvimento, neste texto:

Que posições de sujeito, as pessoas com deficiência estão ocupando em nossa sociedade, hoje?

O ‘problema do presente’ sugere uma abordagem das condições que estabeleceram o que nos fez ser o que somos. Isso exige a localização dos enunciados que foram constituindo os regimes de verdade que fixam a posição ‘pessoas com deficiência’, tal como se apresenta hoje, no Brasil. Considerei esse projeto fora dos meus propósitos, devido às condições necessárias para o trabalho em termos de tempo e às exigências de experiência com o trabalho arqueológico-genealógico.

Meu ponto de partida era mais imediato. Era preciso, antes, identificar de que discursos alguns brasileiros com deficiência se faziam sujeitos, ou seja, capturar algumas formas de ser ‘brasileiro com deficiência’, que ainda não estavam claras e

⁶ Modos de vida artísticos são uma referência à proposta de ‘fazer da vida uma obra de arte’, tema que Foucault recupera da tradição filosófica grega e ao qual passa a se dedicar nos últimos anos de vida.

⁷ As perguntas “E se o outro não estivesse aí?” de Carlos Skliar (2003) e “Para qué nos sirven los extranjeros?” de Larrosa (2002) podem ser vistas como aprofundamentos dessa questão.

suficientemente exploradas na literatura nacional e, a partir daí, problematizar o que eles acolhem, rejeitam e reivindicam pra si.

“Certamente, recusar o que somos e libertarmo-nos dos mecanismos hegemônicos da sujeição exige atenção cuidadosa a nossas atuais posições de sujeito e às formas pelas quais cuidamos ou governamos nossos eus. Isso implicaria envolver-nos em práticas de liberdade, jogos de verdade ou jogos de poder que estejam dirigidos discursivamente a nos re-construir a nós mesmos, se não a outros, em padrões particulares histórica e culturalmente propostos ou impostos”. (Deakon and Parker 1994: 108)

Porém, eu me dava conta de que a opção de ver o social do ponto de vista de alguns indivíduos poderia ser conflitante tanto com a perspectiva teórica de Foucault quanto a dos *Disability Studies*. Como diz Barret-Kriegel, (1992 in Gore, 1994: 13):

“Ele [Foucault] não coletou lamentos dos pacientes, nem captou as confissões de prisioneiros ou tentou surpreender os loucos em suas tarefas; ele estudou os mecanismos da cura e os mecanismos da punição. Ele se voltou para as instituições, ele se baseou em seus edifícios e em seus equipamentos, ele investigou suas doutrinas e disciplinas, ele enumerou e catalogou suas práticas e mostrou suas tecnologias...”.

Embora Foucault não tivesse analisado relatos de pessoas - o que lhe interessava na arqueologia do confinamento, do disciplinamento ou da punição era compreender como a problematização da loucura, da anormalidade e da sexualidade forjou saberes que criaram mecanismos de intervenção concreta nos corpos humanos e nas suas almas (não no sentido metafísico mas da subjetividade) -, se não tivesse havido casos exemplares de pessoas que foram postas na posição de loucas, a loucura não existiria. Se não houvesse casos concretos de pessoas tidas como monstros, aleijados e tarados, a anormalidade não teria os contornos que conhecemos hoje.

Da mesma forma, a tentativa dos *Disability Studies* de deslocar a deficiência da esfera privada e individual para a esfera pública de interesse geral⁸, implica em privilegiar objetos sociais-públicos, tais como: as representações da deficiência veiculadas pela mídia e a literatura; os mecanismos de educação e intervenção corporal; os métodos diagnósticos que erigiram as fronteiras entre pessoas com deficiência e sem deficiência ao longo da história e em determinadas culturas etc. Não obstante, os relatos de experiência e testemunhos serem uma fonte documental importante nesse campo disciplinar, é recomendável auto-vigilância, para não reforçar a visão individualista da deficiência, que tanto obstaculariza a compreensão da sua construção como problemática social.

⁸ Os DS fazem um movimento que tem analogias com a estratégia utilizada pelo sociólogo Herbert de Souza – o Betinho - na Campanha Contra a Fome e Pela Vida, isto é, de deslocar a fome do corpo dos famintos para colocá-la como um problema político concernente a toda a sociedade brasileira.

Meu argumento para desconstruir a pretensa incompatibilidade de trabalhar com casos individuais numa perspectiva foucaultiana, ou dos *DS*, parte da compreensão de que só existe indivíduo *na* sociedade e sociedade *no* indivíduo (Elias, 1993). Esta concepção vai orientar o trabalho de sociólogos como Bernard Lahire e Claude Dubar, que questionam a dicotomia estrutura/objetividade *versus* indivíduo/subjetividade.

“Se considerarmos que os seres sociais se constituem – constroem suas estruturas mentais e cognitivas - de forma contínua através de suas relações de interdependência, livramo-nos, então, da oposição entre ator e estrutura e, com isso, não é tão necessário dizer que ‘a ordem social se inscreve progressivamente nos cérebros’, que ‘há correspondência entre as divisões reais e os princípios práticos da divisão, entre as estruturas sociais e mentais’, ou enfatizar a relação entre ‘o mundo real e o mundo pensado’, ou dizer que ‘as estruturas objetivas da ordem escolar’ se transformam, pela interiorização, ‘em formas escolares de classificação’. Se as estruturas mentais de um ser social se constituem através das formas de relações sociais e as estruturas objetivas são uma ‘medida’ particular dessa realidade intersubjetiva, desse tecido de interdependências sociais, compreendemos realmente, então, que não se trata de duas realidades diferentes, sendo uma (as estruturas mentais) o produto da interiorização da outra (as estruturas objetivas), mas duas apreensões da mesma realidade.” (Lahire, 1997:353/354)

Também Dubar (1997) enfrenta a questão da articulação das dimensões micro e macro sociais, através de um esquema de análise de processos identitários que, por sua vez, foi apropriado e adaptado por Fabrício (2002). O esquema propõe que tanto os processos de **identidade pública** (institucionais), quanto os de **identidade privada** (indivíduo consigo mesmo), são inseparáveis, embora as regras que se aplicam a cada uma dessas esferas sejam diferentes.

“(...) haveria dois movimentos inseparáveis no processo de construção de identidades instalado no próprio social, porque não se constrói as identidades das pessoas sem elas e, contudo, não se pode dispensar o outro para forjar nossa própria identidade. Assim, há um movimento intersubjetivo (identidade para o outro), ou seja, a identidade que o outro me atribui, como o outro me percebe, e um movimento subjetivo (identidade para si), ou seja, qual identidade reivindico para mim perante o outro, pois só sei quem sou através do olhar do outro, de seu reconhecimento. Esse é o aspecto relacional do processo.” (Fabrício 2002:136)

Aqui, a própria noção de sujeito individual isolado é posta em cheque, conforme a citação de Kitzinger *“as identidades não são fundamentalmente propriedades privadas dos indivíduos, mas construções sociais, suprimidas e promovidas de acordo com os interesses políticos da ordem social dominante”* (Kitzinger 1989:94 apud Moita Lopes 2003:13).

A noção que articula identidade pública e privada (coletiva e individual) e ajuda a desfazer o mistério da ‘interiorização da exterioridade’ é a de que as práticas sociais se

constituem através de jogos de linguagem ou discursos. Como veremos a seguir, o sujeito do discurso não é necessariamente um indivíduo, isto é, o que está em foco na análise de discurso é a palavra pronunciada e seu contexto e não propriamente a pessoa que a pronuncia. Significa dizer que o discurso é sempre uma função social que deve considerar quem o veiculou, para quem e em que circunstâncias, não para melhor entender a pessoa, mas para mostrar como o contexto é parte integrante daquilo que é dito.

2.3 Concepções de linguagem, discurso e narrativa

Conforme afirma Sandra Corazza (2000), o discurso pedagógico tem boa parte de sua produção apoiada numa concepção de linguagem descritora da realidade. As coisas são o que são e o que a linguagem tem a fazer é mostrá-las como um espelho que revela o seu interior. As pessoas se valeriam da linguagem apenas para objetivar, transmitir e receber pensamentos, ou seja, ela seria um veículo de expressão, tendo como fonte geradora a consciência individual. Esta descrição confere com uma visão representacionista da linguagem descrita em Fabrício (2002: 67-68), com palavras emprestadas de Bezerra Jr (1994:128-129):

“(...)Tratar a linguagem desse modo [como veículo], implica admitir que: a mente existe independentemente da linguagem; os processos mentais podem ou não ser acompanhados do uso de palavras; o sujeito é capaz de perceber objetos, propriedades e relações, de modo direto, sem a mediação da linguagem; eles só se tornam existentes na linguagem, quando uma espécie de ‘olho interno’ olha para o interior da mente e, desejando comunicar a outros o que lá existe, usa a linguagem para expressar aquilo que – antes de ser dizível – já está lá com seu ‘sentido bruto.’”

O contraponto deste tipo de concepção de linguagem se dá, principalmente, a partir das formulações de Ludwig Wittgenstein⁹ (ou melhor, do chamado segundo Wittgenstein, o das *Investigações Filosóficas* [1953]). A grande virada se dá com o desenvolvimento da idéia de que só podemos falar da linguagem de dentro dela mesma, de forma que não há lugar de fala que não seja um lugar de linguagens, não sendo possível ir além dela e não sendo possível uma fundamentação última da linguagem (Veiga-Neto, 2004:136). Sem essência ou fundamento, a linguagem passa a ser descrita como uma resposta do corpo em direção ao meio ou ao outro, o que configura uma

⁹ Apesar da referência explícita apenas a Wittgenstein, estou ciente de que ele não é o único responsável pela virada lingüística. Também há a hermenêutica - Heidegger, Davidson, Gadamer, Taylor. Há Habermas e Bakhtin, entre outros, sendo fonte original para muitos desses autores, Wilhelm v. Humboldt, na segunda metade do século XIX. (Bannell comunicação pessoal, 2005).

prática na qual o significado se constitui, por meio das regras de uso das palavras em determinada situação. Daí a compreensão de que somente no social os sentidos se estabelecem e a idéia de Linguagem como ação (jogos de linguagem). As regras do uso da linguagem estão enraizadas nas formas de vida sancionadas pela cultura e é como membros de determinadas comunidades de sentido que passamos a agir lingüisticamente.

Essa é uma discussão complexa e densa, na qual não vamos nos deter. Interessa assinalar a triangulação que Veiga-Neto (2004) constrói, aproximando Wittgenstein, Nietzsche e Foucault, perfilando-os na mesma vertente não representacionista da linguagem. Essa aproximação se expressa, por exemplo, na tese foucaultiana (1972:95) de que *‘o sujeito social que produz um enunciado não é uma entidade que existe fora e independentemente do discurso, como a origem do enunciado, mas é, ao contrário, uma função do próprio enunciado’*.

Com relação a esse paradigma de linguagem cabe marcar as seguintes questões:

- COMO É POSSÍVEL QUE AS PESSOAS SE COMUNIQUEM, SE NÃO HÁ CONCEITOS EXATOS, VERDADES TRANSCENDENTES E SIGNIFICADOS IMUTÁVEIS?

A prática do jogo da linguagem impõe o uso compartilhado de regras para esse jogo. São essas regras¹⁰ que vão conferir precisão aos conceitos. A precisão seria uma função de algo legitimado pelos jogadores (o que remete ao conceito de hegemonia), e não da proximidade de uma verdade fundamental.

- A CONTINGÊNCIA DA LINGUAGEM NÃO RELATIVIZARIA AS VERDADES AO PONTO DE CAIRMOS NUM RELATIVISMO ABSOLUTO?

A resposta que Fabrício¹¹ (2002: 77) dá à questão, parece-me bastante satisfatória:

“Podemos orientar nossas ações por valores e juízos éticos, tendo em vista não valores universais, mas sim valores democraticamente definidos na esfera pública e no diálogo aberto. Podemos fazer isso através da expressão das razões pelas quais agimos, que, por sua vez, só podem ser justificadas inseridas em um determinado sistema e em seus próprios padrões de justificação, ao verificarmos, em interlocução coletiva, os ganhos epistêmicos dos padrões sociais de determinadas ações. Por isso, é importante, ao jogar, termos clareza das regras do jogo.”

¹⁰ Foucault vai se valer do estudo das regras através de noções como ‘ordem do discurso’ e ‘regimes de verdade’.

¹¹ Esta resposta tem ecos da proposta Habermasiana.

- SE NOSSA REALIDADE É FRUTO DE UM VASTO TECIDO ARGUMENTATIVO E NÃO HÁ POSSIBILIDADE DE FALARMOS OU PENSARMOS FORA DA LINGUAGEM, ISSO SIGNIFICA QUE TUDO É LINGUAGEM?

Minha posição é que não precisamos negar a existência de objetos extradiscursivos para afirmar a função constitutiva da linguagem. A questão do corpo é paradigmática nesse sentido. Kendall & Wickham (1999:39) analisam a posição de Foucault (1973) quanto a isso, da seguinte maneira:

“Corpos não são discurso, eles são não-discursivos em sua materialidade. Mas os corpos não existem e operam num vácuo não-discursivo. É claro que a palavra ‘corpo’ é ela mesma uma produção discursiva, mas, mais do que isso, a entidade que é o corpo está sujeita à soberania do discurso. (...) Mesmo se pensarmos em práticas corporais extremas como a tortura, estaremos no âmbito de uma prática discursiva. Tortura é discursiva pelo fato de ser desde-sempre inscrita numa série de declarações. Sob a influência do modo de pensar foucaultiano, podemos ir mais longe e dizer que a soberania discursiva atua na base material - neste caso, o corpo.”

A soberania do discurso aparece aqui como uma força modeladora do comportamento humano, com repercussão direta sobre a materialidade do mundo, que é acionada na medida em que nos relacionamos e operamos na linguagem. Os discursos, por não estarem ancorados em nenhum lugar além das regras de sua formação, distribuem-se difusamente pelo tecido social e marcam o pensamento de cada época e lugar, permitindo a emergência de certas formas de vida e inibindo outras.

Ao longo do século XX, a crescente importância atribuída à linguagem na constituição da realidade fez surgir diversos métodos, técnicas e concepções para se proceder à análise dos discursos. Fairclough (2001), ressalta a importância das análises arqueológicas de Foucault para a articulação dos efeitos da prática discursiva com os contextos sociais amplos. No entanto, Fairclough se recente do fato de o autor de *As palavras e as coisas* não se ter debruçado sobre a análise de textos, propriamente ditos, mas sim sobre *“as condições de possibilidade do discurso, sobre as regras de formação que definem possíveis objetos, modalidades enunciativas, sujeitos, conceitos e estratégias de um tipo particular de discurso (...)”*. A ênfase de Foucault é sobre os domínios de conhecimento que são constituídos por tais regras (idem, 2001:62-63).”

Analisar um discurso é dar-se conta das relações históricas e das práticas sociais que estão ali vivas. É perceber que muitas vozes saem da mesma boca na produção de falas e que estas são regidas por operações de validação e invalidação, de acordo com as circunstâncias onde o poder é exercido. Tais regras da formação discursiva nem sempre são emudecedoras, no sentido de censurar dizeres; são também impositoras, no sentido

de nos obrigar a dizer. Isso aparece claramente no estudo que Larrosa faz das práticas pedagógicas, vistas como ‘tecnologias de si’, que atuam no enlace entre subjetividade e ‘experiência de si mesmo’ – “*onde a constituição do sujeito como objeto para si mesmo passa a ser vista como uma série de procedimentos pelos quais o sujeito é induzido a observar-se a si mesmo, analisar-se, decifrar-se, reconhecer-se como um domínio de saber possível* (Larrosa, 1994:55).” Nesse sentido, o descrever-se, o narrar-se e o imperativo da auto-expressão podem ser vistos como práticas de autoconstrução e de governo¹².

Entre as diversas práticas discursivas abordadas nas pesquisas que investigam a relação entre discurso e identidade social, as narrativas têm tido um papel de destaque. Isso porque, ao contarmos nossas histórias, produzimos sentidos para nossa existência.

A compreensão de narrativa utilizada neste trabalho tem a ver com seu papel de organização do discurso, possibilitando a construção de conhecimento sobre quem somos na vida social. Utilizo, portanto, uma noção mais genérica de narrativa, como histórias que contamos sobre nós mesmos, e não uma concepção de narratologia, ou seja, a narrativa vista como gênero discursivo específico, cuja análise vai levar em conta características de sua estrutura frasal e temporal (Labov, 1972; Ricoer, 1980; Mishler, 2003). Faço minha, a posição de Moita Lopes (2001):

“O que me interessa é o papel que as narrativas desempenham na construção das identidades sociais nas práticas narrativas onde as pessoas relatam sua vida social e, em tal engajamento discursivo, se constroem e constroem os outros. Em outras palavras, o que tematizo é a natureza ontológica das narrativas. (idem, 2001:63)”

A partir desta visão percebo que, ao demandar às pessoas que contem suas histórias de vida, lançamos mão de uma prática sistemática e relevante da vida social, que foi apreendida também como tecnologia pedagógica (memoriais, redações sobre quem sou eu, minhas férias, minha família, minha cidade etc.). O testemunho, o relato de experiência e as histórias de vida são dispositivos que atuam tanto na manutenção de identidades-prontas, quanto na construção de novas perspectivas culturais, que abrem novas formas de estar no mundo.

Esta compreensão está na base da estratégia de sair do armário (*to come out*)¹³, largamente empregada pelo movimento homossexual e também pelo *movimento*

¹² Governo e governabilidade são termos propostos por Veiga-Neto (2005) a partir da leitura de Foucault.

¹³ *To Come Out* é um termo cunhado no movimento homossexual estadunidense, traduzido entre nós como *Sair do armário*, que significa assumir publicamente sua orientação sexual. Essa estratégia tem sido fundamental para dar visibilidade ao movimento.

disability inglês e estadunidense. Puxado pelo mote *Tell your story* (Conte sua estória), procura-se estabelecer novas referências (posições) identitárias que levem em consideração a positividade da experiência, inclusive da deficiência¹⁴ e sirvam, tanto para questionar identidades que foram impostas às pessoas, quanto para abrir novas posições de sujeito e novas possibilidades de articulação com outras particularidades¹⁵. Esse é um ponto relevante para quem quer pensar os mecanismos de reprodução (fixação) das identidades como também suas possibilidades de transformação (mobilidade).

2.4

Modos de subjetivação, Posições de sujeito e identidade.

“Os sujeitos que discursam fazem parte de um campo discursivo [...] o discurso não é o lugar no qual a subjetividade irrompe; é um espaço de posições-de-sujeito diferenciadas.” (Foucault 1985:58)

Os últimos trabalhos de Foucault davam ênfase crescente ao que ele chamou *Experiência de Si*, ou seja, a constituição do sujeito para si mesmo. Na *Experiência de Si* o que ele buscava era uma história da subjetividade e das relações entre subjetivação, autogoverno e governo. Tratando ética e moral como domínios diferenciados, Foucault vislumbra as possibilidades estéticas da existência, ou ainda, a capacidade de recriação estética constante dos nossos modos de vida. Para isso seu empreendimento foi entender como chegamos a ser o que somos, acionando ou não a liberdade inerente aos processos de poder – já que estes, ao contrário da violência, sempre envolvem algum nível de consentimento. A recusa de se identificar com determinadas posições de sujeito pode ser o que melhor nos aproxima de uma ‘emancipação’.

A relação consigo mesmo, que se transluz em sua obra, teria, pois, a forma de um exercício pelo qual se chega a ser o que se é ao desprender-se de si mesmo. Aqueles cujo ethos se assimilam a este despreendimento de si, diz Foucault, vivem em um “planeta diferente” daqueles que buscam um ponto fixo de certeza, um caminho autêntico ou uma decisão autêntica. (Rajchman, 1989:3)

¹⁴ Um exemplo recente é o texto ‘**Cadeira amiga**’ onde Marcela Cálam Vaz Silva fala de todas as cadeiras de roda que já teve e declara seu amor a essas ‘amigas imprescindíveis’ (publicado na Rede Saci <http://agenda.saci.org.br/> em 14/03/2006).

¹⁵ Utilizo a palavra particularidade na concepção de Laclau (2001) de grupos que se organizam dentro de um limite identitário, ou seja, um *senso de nós* e um *senso de outros*.

É por este caminho que o filósofo mostra que é possível e desejável usar a liberdade para não sermos capturados e fixados como sujeitos de determinadas tramas do poder. A questão que se coloca é: que sujeito é esse?

“É preciso deixar bem claro, principalmente para aqueles que dizem que Foucault primeiro matou o sujeito para depois ressuscitá-lo, que a palavra sujeito, aqui, não é usada como sinônimo de pessoa ou identidade (exatamente este, o sujeito que Foucault criticava [...]). Quando se fala de sujeito, fala-se de um produto da subjetivação. [...] Exatamente por não ter um sujeito prévio, a subjetividade tem de ser produzida.” (Levy, 2003:87)

Nem o sujeito do conhecimento, nem o sujeito como entidade já dada, como parte da condição humana, pré-existente ao mundo social, político, cultural. Muito menos o sujeito autônomo idêntico a si mesmo. Um sujeito que não está acima da história, mas que é, justamente, engendrado historicamente. Foucault quer saber através de que mecanismos ou modos de subjetivação os seres humanos se transformam em sujeitos, ou melhor, de onde sai esse ser que denominamos sujeito moderno e como ele se forma (Barros da Mota, 2002).

A resposta, trazida pela leitura foucaultiana de Veiga-Neto (2003), é que nos tornamos sujeitos – no sentido de assujeitados pelo controle e dependência, mas também de presos à própria identidade – pelos modos de investigação (campo dos saberes), pelas práticas que dividem e classificam (campo do poder) e pelos modos de transformação sobre si mesmo (campo da ética).

O sujeito se constitui como rastros dos processos de subjetivação pelos quais atravessa e, como esses processos são múltiplos e conflituosos, prefere-se falar em posições de sujeito que seriam *“ancoradouros que garantem a continuidade da subjetivação e pontos de parada nesse mesmo processo.”* (Peixoto Júnior 2004:13)

No entanto, é bom lembrar que o discurso tem suas condições de possibilidade, ou seja, não é qualquer idéia que pode ser pensada ou dita a qualquer hora por qualquer pessoa. As regras e normas são estabelecidas por determinados exercícios de poder tornando válidas algumas posições e invalidando outras. O que é impensável é impronunciável, o impronunciável é invisível, o invisível é tido como inexistente¹⁶. Nessa disputa, uma estratégia de manutenção muito utilizada é a desqualificação daqueles que querem afrontar a ordem estabelecida.

¹⁶ A discussão sobre a especificidade da imagem e do discurso é densa e não será objeto de análise nesse texto, embora reconheça que a aproximação direta entre o invisível e o indizível possa ser problematizada.

Quando as pessoas que são classificadas como 'outro' elevam a voz para fazer objeções às suas classificações, são tomadas por levemente loucas. Ou seja, a categoria de louco pode recair sobre qualquer um que atente contra o discurso dominante. (Young 1990 apud Gavin 2003:7).

As condições de possibilidade e legitimidade dos enunciados são dadas pelas 'ordens do discurso' (Foucault 1996), compreendidas como sistemas de validação e invalidação dos discursos e falas que são constantemente "reforçados e reconduzidos" pelos sistemas de práticas e saberes, cujo valor é aplicado, distribuído e atribuído institucionalmente, exercendo poder e pressão sobre outros discursos. Aqui fica clara a necessidade de conectar qualquer nível de análise das práticas discursivas à análise institucional, uma vez que as diferentes posições de sujeito ocupadas numa narrativa estão ancoradas em diferentes ordens de discurso. Sendo assim, enfatizo que entendo posição subjetiva, não como aquilo que ocorre no interior de cada indivíduo, mas como '*processos sociais ocorrendo entre as pessoas nos discursos em que estão situadas*' (Moita Lopes, 2003:20).

Embora o uso do termo *identidade* possa carregar consigo o peso das concepções individualizantes e estáticas (justaposto à idéia de personalidade, por exemplo), a abordagem da **identidade** como **trajetórias de posições de sujeito no discurso** permite captar a mobilidade, as contradições e os pontos de coerência com que nos mostramos a nós mesmos e ao mundo. Em suma, devemos considerar o sujeito idêntico a si mesmo como uma exigência cultural que nos coloca a premissa de sermos coerentes para podermos ser validados socialmente. Isso implica que, ao assumirmos uma visão de identidade como arranjos provisórios que são projetados de nós em direção a alguém, afrontamos o cânone cultural articulado tanto pelo sujeito do iluminismo, quanto pelo sujeito sociológico (Hall, 2002). Como nos diz Bourdieu (1986:186)

"O mundo social, que tende a identificar a normalidade com a identidade entendida como constância em si mesmo de um ser responsável, isto é, previsível ou, no mínimo, inteligível, a maneira de uma história bem construída (por oposição a história contada por um idiota), dispõe de todo tipo de instituições de totalização e de unificação do eu. A mais evidente é, obviamente, o nome próprio, que, como "designador rígido", segundo a expressão de Kripke, "designa o mesmo objeto em qualquer universo possível", isto é, concretamente, seja em estados diferentes do mesmo campo social (constância diacrônica), seja em campos diferentes no mesmo momento (unidade sincrônica além da multiplicidade das posições ocupadas). E Ziff, que define o nome próprio como 'um ponto fixo num mundo que se move' tem razão em ver nos 'ritos batismais' a maneira necessária de determinar uma identidade."

O fato de vermos a identidade como arranjos provisórios, não significa que cada um será o que quiser a partir de atos de vontade. Há que considerar a aproximação marcada por Bourdieu entre *normalidade como constância de si versus discurso ininteligível do idiota*. De novo, a figura do anormal (idiota) aparece sustentando a identidade normal, que tem como atributos: a constância, a coerência e a inteligibilidade. Dessa forma vemos claramente que há uma margem de possibilidades abertas, assim como, uma série de bloqueios para a constituição de determinados modos de existência com os quais possamos nos identificar.¹⁷

Mas, se a categoria identidade é mais dinâmica, fluida e múltipla do que supõe o senso comum, que importância ela tem para a pesquisa em ciências humanas/sociais? Mesmo considerando todo o hibridismo, toda a incompletude cultural, e toda a fragmentação das identidades, nunca é demais lembrar que é a partir das posições identitárias que ocupamos, que o mundo pode ser narrado e disputado. Não se afirma nada sem ocupar um lugar, não se nega nada sem se posicionar, não há posição neutra nem no silêncio. Dessa maneira, concordo com Stuart Hall quando diz:

“Acho que a identidade cultural não é fixa, é sempre híbrida. Mas é justamente por resultar de formações históricas específicas, de histórias e repertórios culturais de enunciação muito específicos, que ela pode constituir um ‘posicionamento’, ao qual nós podemos chamar provisoriamente de identidade. Isso não é qualquer coisa. Portanto, cada uma dessas histórias de identidade está inscrita nas posições que assumimos e com as quais nos identificamos. Temos que viver esse conjunto de posições de identidade com todas as suas especificidades.” (Hall, 2003a:433)

Por fornecer pontos de vista específicos sobre o mundo e nosso lugar nele, é que a questão da identidade (e das políticas de identidade) está na ordem do dia em diversos campos disciplinares. Na filosofia política, por exemplo, autores como Ernesto Laclau e Chantal Mouffe têm-se proposto à importante tarefa de analisar as disputas entre grupos de interesse, através dos discursos de identidade que eles constroem (Howarth, 2000). Isso se traduz na exploração dos mecanismos de conflito e negociação entre agentes sociais para encontrar sinais de equivalência ou antagonismo e, assim, encontrar aliados e adversários que ajudem a configurar o senso de ‘nós’ e de ‘eles’. Esses mesmos mecanismos operam a seleção das posições que vão representar os regimes de verdade válidos e das que vão ser relegadas à invalidação social. Para isso a teoria do discurso laclauiana faz uma distinção entre posição de sujeito e subjetividade política, atribuindo ao primeiro a captura dos posicionamentos que os sujeitos ocupam

¹⁷ A frase do compositor Cazuzá, ‘*me chamam de ladrão, bicha, maconheiro*’, ilustra bem essa estratégia de caçar a palavra de alguém, atribuindo-lhe marcas identitárias socialmente desprestigiadas.

numa estrutura discursiva já dada e, ao segundo, a capacidade de agência destes mesmos sujeitos. Embora a crítica da falta de agência dos sujeitos (feitos corpos dóceis) nos textos foucautianos seja recorrente (Huges, 2005), considero que o conceito de posição de sujeito¹⁸ não se refere somente ao assujeitamento, mas também, à capacidade de agir micropoliticamente e produzir transformações cotidianas que podem vir a ter efeito mais amplo.

2.5 A produtividade do construto Posicionamento

Uma vez tendo compreendido a importância das posições de sujeito, para traçar as trajetórias de identidade, pela possibilidade de localização de onde (a partir de que papéis, crenças, posições sociais) falamos, passei a buscar elementos que permitissem apreender empiricamente tais posições.

Nessa busca, passei a frequentar textos e conceitos da lingüística aplicada, observando métodos e teorias de análise do discurso. Foi aí que encontrei meu *elo perdido*: o **construto de posicionamento**, que me permitiria operar com Foucault, sem seguir seus passos metodológicos, mas seguindo sua indicação de tentarmos ultrapassá-lo, construindo nosso próprio caminho.

“De acordo com Moita Lopes (2003), o posicionamento foi introduzido como um construto nas Ciências Sociais, primeiramente por Hollway (1984) influenciada por Foucault (1971/2001, 1972/2002) e utilizado por Van Langenhove e Harré (1999), Bamberg (1999), Davies e Harré (1999) e outros.” (Campos 2005:39)

O construto de posicionamento compartilha a premissa de que o discurso é uma ação que cria e recria a realidade. Não significa uma visão anti-realista, que nega a existência do extradiscursivo, significa uma aposta na materialidade do discurso. O posicionamento refere-se, então, a como as pessoas são localizadas no discurso ou em conversas, quando eles estão engajados na construção de significados com os outros (Moita Lopes, 2003:7). Identificando, nos relatos das pessoas, como cada um se define, no que acredita, com quem se alia e a quem se opõe, é possível localizar rastros históricos que estão alimentando esta posição e rastrear algumas linhas de força que se condensaram em determinada posição que ocupamos ao falar.

¹⁸ Segundo Reis (2004:36), tanto os termos posicionamento quanto posição de sujeito foram cunhados por Althusser (1971 [2002]) para afirmar que é função da ideologia interpelar ou chamar indivíduos para posições específicas de sujeitos, para que estes construam os tipos de identidades que são relacionadas às práticas sociais e discursivas aceitas em sociedade. Essa origem pode explicar a carga de determinismo atribuída aos autores, entre eles o próprio Foucault, que se apropriaram destes construtos.

A função heurística do construto posicionamento é dar conta dos efeitos sociais de quem diz o quê e para quem, em práticas discursivas nas quais as pessoas agem. Dessa forma, o que é analisado é o modo como os participantes da pesquisa se posicionam nas suas histórias, em função do contexto no qual narram, do contexto social no qual se inserem e dos discursos nos quais se engajam (Campos, 2005). Davies e Harré (1990), ao desenvolverem a noção de posicionamento aplicável à análise empírica de discursos, sublinham a forma relacional como somos forjados, o que permite captar a dinâmica da negociação das posições e a capacidade de agência dos sujeitos. Essa noção ajuda a demonstrar os espaços de indeterminação do mundo social e de fluidez das posições de sujeito que informam as identidades sociais.

“Nós devemos argumentar que a força constitutiva de cada prática discursiva reside na sua provisão de posições de sujeito. Uma posição de sujeito incorpora um repertório conceitual e locações para pessoas na estrutura de direitos para aqueles que usam determinado repertório. Uma vez tomada determinada posição particular como sua própria, a pessoa, inevitavelmente, vê o mundo do ponto de vista que aquela posição permite e nos termos das imagens particulares, metáforas, estórias e conceitos que são feitos relevantes numa prática discursiva específica na qual somos posicionados. Por fim, a possibilidade de uma noção de escolha é inevitavelmente requerida, porque existem várias e contraditórias práticas discursivas em que cada pessoa pode se engajar. Entre os produtos das práticas discursivas, estão as próprias pessoas que nelas se engajam” (Davies & Harré, 1990:48).

O construto posicionamento é retomado por Harré e van Langenhove em 1999, onde a noção de escolha, mencionada na citação acima, é refinada, no sentido de esclarecer que os posicionamentos nem sempre são fruto de uma intencionalidade, havendo sempre uma margem para posicionamentos tácitos (e mesmo inconscientes). No desenvolvimento de uma Teoria do Posicionamento, categorias mais pormenorizadas são criadas tais como: posicionamento de primeira ordem (refere-se à maneira como interactantes se localizam ou localizam os outros dentro de um mesmo espaço moral) e posicionamento de segunda ordem, quando o de primeira ordem é, de alguma forma, contestado e tem como resposta uma reconfiguração do posicionamento inicial (Van Langenhove e Harré 1999:20).

Neste trabalho, optei pela taxonomia de posicionamentos proposta por Bamberg (2003:155), a partir dos trabalhos de Harré e seus dois colaboradores, que ajuda a compreender que o modo como as pessoas pensam e interpretam a si mesmas é construído no cotidiano, com o objetivo de ser entendido pelos outros. A interação narrativa, embora tenha intencionalidade – projetar uma determinada imagem de si – não é nem um mero reflexo dos discursos hegemônicos (‘Discursos com D maiúsculo’),

nem apenas constituídos de auto-posicionamentos voluntários (conscientes). Saindo do registro dos determinismos e dos voluntarismos, prestamos atenção à situacionalidade, relação de alteridade e imposição cultural de auto-coerência. Estes fatores embasam os três níveis de posicionamento descritos por Michel Bamberg (2002):

Posicionamento de nível 1 – Quem são os personagens e como estão posicionados uns diante dos outros? Enfoca o conteúdo da história, ou seja, os personagens que são evocados e caracterizados para configurar o assunto sobre o qual a história se desenrola. (idem:163)

Posicionamento de nível 2 – Como o falante/narrador se posiciona diante dos outros. Enfoca o âmbito interacional e remete a questão do que o narrador está tentando alcançar com a história, isto é, como o falante se baseia nos discursos culturais para fazer seu trabalho de identidade. (idem:167)

Posicionamento de nível 3 – Posições tomadas diante de discursos culturais e do self. Enfoca os esforços utilizados pelo falante para responder a questão: quem sou eu, ou seja, quando a noção de *self* passa a existir, já que é essencial propor algum tipo de identidade com o qual os outros irão se basear para lidar conosco. (idem:171)